



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16821 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
ISSN: 2595-7945
GT 05 - Estado e Política Educacional

ESCOLAS DO/NO CAMPO E “NOVO ENSINO MÉDIO”: RETROCESSOS E LUTA
Karolline Schimmelpfennig Neitzel Kunsch - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
Sandra Soares Della Fonte - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

ESCOLAS DO/NO CAMPO E “NOVO ENSINO MÉDIO”: RETROCESSOS E LUTA

A presente pesquisa elege como tema a educação do/no campo no contexto do chamado Novo Ensino Médio, decorrente da lei 13415 de 2017. Ressalta-se que ainda são tímidas as pesquisas sobre essa temática e seus desdobramentos para a escola do/no campo. Enfrentar essa lacuna acadêmica pode contribuir para mostrar que o processo de implementação da Reforma do Ensino Médio (REM) tem um tom mais preocupante e nefasto nas escolas voltadas para os/as trabalhadores/as rurais.

A partir desse tema, indagam-se quais contradições têm sido geradas pelo Novo Ensino Médio para as escolas campesinas no Espírito Santo. A partir das teorizações críticas da educação, coloca-se como objetivo geral evidenciar o processo diferenciado de implantação da REM nas escolas do/no campo, assim como sua resistência à essa política nacional. A pesquisa possui um caráter documental que tem como referência as normativas nacionais relativas à REM (a lei 13.415/2017 e suas alterações a partir do mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2023); as orientações estaduais, como a Resolução CEE-ES Nº. 5.666/2020 que traz as normas para implantação do Novo Ensino Médio em todo o sistema de ensino capixaba; os Projetos político-pedagógicos de uma escola campesina, sendo um referente ao período imediatamente anterior à REM e outro a partir de sua implementação. Tais projetos serão analisados em termos de definição do tempo escolar, dos saberes escolares e dos itinerários formativos.

A história da educação brasileira testemunhou um longo período de completa ausência de políticas educacionais destinadas aos sujeitos campesinos, o que acabou promovendo o que Arroyo (2012, p.84) descreve como “Um jogo de despolitização da educação do campo,

de suas análises e políticas que termina fazendo o jogo de ocultar as tensões mais radicais, por projeto de agricultura camponesa ou capitalista, de poder, de campo e de sociedade”. Ainda hoje, essa história se perpetua, e as escolas camponesas são secundarizadas, numa política de favorecimento do capital e do agronegócio.

Contudo, no contexto de lutas contra hegemônicas no Brasil, tem-se construído e afirmado o reconhecimento do direito à educação dos/das trabalhadores/as camponeses/as em uma perspectiva transformadora que almeja uma nova sociabilidade e seja um contraponto às imposições do sistema capitalista. Ademais, a educação do/no campo se transformou em um terreno profícuo para as pedagogias críticas. Em que pese suas diferenças e diversidades, essas pedagogias elegem, para a escola do/no campo, o trabalho como princípio educativo, comprometido com uma formação omnilateral.

Na contramão dessa perspectiva, a Reforma do Ensino Médio de 2017 propõe um fatiamento do currículo e o “abandono de sua base propedêutica, e substituição por outra, tida pelos seus defensores como mais ‘alinhada’ aos anseios da sociedade moderno-industrial e digital” (Gomes et al., 2020, p. 615). Sendo assim, promove um aprofundamento do dualismo educacional, expandindo o fosso entre a educação destinada às massas e aquela destinada aos filhos e filhas da classe dominante.

Sob essa lógica, a REM fortalece o projeto de capitalismo dependente e conservador. Disputar esse nível de escolarização é estratégico, pois “O ensino médio é a etapa crucial de formação científica e cultural da juventude [...]” (Frigotto, 2023, p. 10).

Desta forma, depreende-se que o jogo político de impor o predomínio hegemônico sobre a educação encontra no ensino médio uma área profícuo para massificar a ideologia de dominação por meio do capital, pois, é nessa etapa que os estudantes iniciam com mais clareza o seu processo de formação para a cidadania e de preparo para o trabalho. Assim, a REM “[...] cumpre o objetivo de fechar “para os filhos da classe trabalhadora o acesso à universidade e ao trabalho complexo” (Ramos; Frigotto, 2017, p.44).

Ainda que se trate de uma pesquisa em andamento, ao mesmo tempo que entendemos a potencialização dos efeitos perversos da REM nas escolas do/no campo, compreendemos que essas escolas comportam a potencialidade de luta contra esse retrocesso político.

Palavras-chave: Ensino Médio. Reforma do Ensino Médio. Novo Ensino Médio. Escola do/no campo. Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 81–93, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9092>. Acesso em: 21 jun. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O Ensino Médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica**. Rio de Janeiro/ São Paulo: UERJ/ LPP/ Expressão Popular, 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; OLIVEIRA, Tiago Fávero. A tentativa de remendo ao projeto de lei do novo ensino médio: traição à juventude da escola pública e à nação brasileira. **Laboratório de Políticas Públicas**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13dtU6FEDTGKTb005xwAJzxy7WsUa8lyX/view>. Acesso em: 9 maio 2024.

GOMES, Danyella Jakelyne Lucas; LIMA, Maria da Conceição Silva; SOUZA Sidclay Bezerra; BERKENBROCK-ROSITO, Margarete May. Políticas educacionais para o Ensino Médio: implicações e perspectivas para com a garantia desse direito à educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 614-630, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13744/9119>. Acesso em: 5 abr. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. “Resistir é preciso, fazer não é preciso”: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, n. 46, p. 26-47, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/19329/13057>. Acesso em: 21 jun. 2024.